



J. Freitas
José Jorge (E), Cardozo, Renan, Suassuna, Agripino, Jobim e Vantuil Abdala na entrega do relatório

Começa a segunda etapa das mudanças no Judiciário

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu o relatório da comissão que elaborou os projetos que con-

cluíram a reforma do Judiciário. José Jorge entregou o documento na presença dos presidentes do STF, Nelson

Jobim, do TST, Vantuil Abdala, do vice do TSE, Gilmar Mendes, e do deputado Eduardo Cardozo. **Página 5**

TV e Rádio Senado firmam convênio com emissora russa

Representantes da TV e da Rádio Senado firmaram convênio com a Rádio Voz da Rússia, que permitirá a troca de materiais e o intercâmbio de notícias. Para o vice-presidente da Rádio Voz da Rússia, Andrey Davydenko, é importante que os dois países co-

nheçam melhor a história e a cultura de cada um. O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, destacou o pioneirismo da TV Senado. O diretor de Comunicação do Senado, Armando Rollemberg, afirmou ser gratificante difundir as ações do Parlamento.



Moreira Matiz
Agaciel (C) e diretores do Senado (D) conversam com dirigentes da emissora

Municípios poderão fazer cobrança do ITR

O Distrito Federal e os municípios poderão assumir a cobrança e o controle do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). Projeto nesse sentido foi aprovado ontem pelo Plenário e segue à sanção presidencial. **Página 6**

Podem chegar a cem os indiciados por CPI

O relatório final da CPI dos Correios deve conter pelo menos cem pedidos de indiciamento, segundo o relator Osmar Serraglio, que confirmou uma "prestação de contas" na próxima quarta-feira. **Página 4**

Aprovados nomes para agência de aviação

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura aprovou ontem quatro indicações para a direção da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Os nomes vão agora ao exame do Plenário do Senado. **Página 8**

Cinco propostas de emenda à Constituição e 22 projetos de lei constam da pauta do Senado no período que começa hoje e vai até 14 de fevereiro

Congresso inicia a convocação extraordinária

A convocação do Congresso Nacional foi anunciada ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. A iniciativa garante o funcionamento normal e a legalidade dos atos das comissões parlamentares de inquérito (CPIs), das comissões permanentes, das comissões especiais e dos conselhos de Ética do Senado e da Câmara. A pauta do Senado inclui cinco propostas de emenda à Constituição e 22 projetos de lei. **Página 3**

CMO tenta votar na quarta relatórios do Orçamento

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, Gilberto Mestrinho, convocou reunião para quarta-feira, quando pretende colocar em votação parte dos relatórios setoriais. A idéia é deixar tudo pronto para ser decidido pelo Plenário do Congresso depois de 16 de janeiro. **Página 2**



José Cruz
Projeto que estimula emprego de trabalhador experiente foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais

Regras para pneus visam preservar empregos e meio ambiente

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou ontem projeto que estabelece regras mais rígidas para a comercialização de pneus. A proposta será encaminhada à Mesa para

redistribuição a outras comissões da Casa. Também foi votado o projeto que institui o Programa Nacional de Estímulo ao Trabalhador Experiente. **Página 8**

Idéia do relator é acelerar ao máximo a discussão e a votação na Comissão Mista de Orçamento, a fim de que proposta fique pronta para ir ao Plenário do Congresso

Votação do Orçamento ficará para depois de 16 de janeiro

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) tentará acelerar a votação do projeto de Orçamento para 2006 até o fim deste ano, mas apreciação final da proposta, em sessão do Congresso Nacional, só deverá ocorrer depois de 16 de janeiro. O relator-geral, deputado Carlito Merss (PT-SC), já admite que será praticamente impossível votar a lei orçamentária até o fim deste mês, apesar da convocação extraordinária do Congresso.

A idéia de Merss é acelerar ao máximo a discussão e a votação na Comissão de Orçamento, deixando tudo pronto para o exame final na segunda quinzena de janeiro. Para isso, o presidente da comissão, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), informou que convocará os parlamentares para reunião na próxima quarta-feira, quando poderão discutir e votar parte dos dez relatórios setoriais.

De qualquer forma, o governo terá que mobilizar sua base para



Mestrinho (centro, ao microfone) convoca parlamentares para votar relatórios setoriais

conseguir quórum para as votações na Comissão Mista de Orçamento. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), afirmou que seu partido “não cometerá nenhuma leviandade para artificializar os prazos para este governo”. Isso significa que o PSDB pretende exigir o cumprimento de todos os prazos regimentais na tramitação do Orçamento.

Esta deverá ser a primeira vez nos últimos cinco anos que o ano começa sem um orçamento apro-

vado pelo Congresso Nacional.

Liberação

Mesmo assim, o Executivo federal poderá liberar a cada mês 1/12 da proposta orçamentária original enviada ao Congresso, exceto as verbas previstas para investimentos. Isso, no entanto, não significa que os ministérios não invistam até sair a lei do orçamento. Podem ser liberadas as verbas empenhadas, mas não pagas, no final do ano – os chamados “restos a pagar”.

CMO aprova recursos suplementares para ministérios

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) acelerou o exame de créditos orçamentários em pauta. O clima de boa vontade permitiu a aprovação de 13 propostas de suplementação em favor de ministérios e órgãos federais, além de avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) pela retirada de obras federais da lista das que se encontram com

indícios de irregularidades.

Os trabalhos foram retomados depois da interrupção da reunião de quarta-feira, quando vários créditos foram aprovados, entre eles o PL 28/05, no valor de R\$ 7,1 bilhões, cuja maior parte se destina ao pagamento de benefícios aos segurados da Previdência.

Os créditos vão ser ainda exa-

minados no Plenário do Congresso Nacional, na retomada da sessão também iniciada na quarta-feira. Em Plenário, a boa vontade da oposição não está assegurada. Conforme a deputada Laura Carneiro (RJ), coordenadora da bancada do PFL, o acordo valia apenas para a comissão. Para o Plenário, novas negociações terão que ser feitas.

Mantido veto ao reajuste salarial de 15% para funcionários do TCU

Por apenas 14 votos, o Congresso Nacional não derrubou o veto presidencial ao projeto que concedia 15% de reajuste aos salários dos funcionários do Tribunal de Contas da União (TCU). Eram necessários 257 votos na Câmara para derrubar o veto, mas, na sessão de quarta-feira, foram registrados somente 243, resultado que manteve o veto.

O baixo quórum da sessão – apenas 342 deputados estavam presentes – pode explicar o motivo pelo qual o Congresso não repetiu o resultado de setembro último, quando derrubou veto

similar em relação ao mesmo reajuste para os funcionários da Câmara e do Senado, que, ao lado do TCU, integram o Poder Legislativo.

A votação foi feita por meio de cédulas individuais, posteriormente apuradas pela Secretaria Especial de Informática do Senado Federal (Prodasen). Além dos 243 votos “não” (para derrubar o veto), houve 89 votos “sim”, 5 abstenções, 4 votos brancos e 1 voto nulo. Diante desse resultado na Câmara, que manteve o veto, os votos do Senado nem sequer foram apurados.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Começa convocação extraordinária

Hoje é o primeiro dia da convocação extraordinária do Congresso Nacional, que tem como objetivo principal a manutenção das investigações das comissões parlamentares de inquérito e do Conselho de Ética da Câmara. A convocação termina em 14 de fevereiro, mas até o dia 13 de janeiro Câmara e Senado estão dispensados de realizar sessões plenárias.

Mostra celebra Marinha do Brasil

A Marinha do Brasil promove até o dia 17, no Salão Negro do Congresso, exposição comemorativa da Semana da Marinha. Dividida em módulos, a mostra focaliza o trabalho da Armada na Amazônia

Azul, área correspondente a quase 4,5 milhões de km². A exposição conta ainda com maquetes de navios da Marinha, bonecos em tamanho natural com os uniformes da força, entre outros.

Escala Brasileira

A Rádio Senado apresenta, amanhã, às 20h, o programa *Escala Brasileira*, que traz o cantor Rogério Midlej. Seu primeiro CD conta com participação de músicos brasileiros de destaque do cenário musical da capital.

Alô Senado

O serviço Alô Senado recebe ligações gratuitas de todo o território nacional pelo telefone 0800 612211. As perguntas e reclamações são encaminhadas aos órgãos competentes do Senado. O serviço funciona 24 horas por dia.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shlessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Thâmara Brasil

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich

(61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Antero Paes de Barros, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias e Romeu Tuma e pelas senadoras Heloísa Helena e Serys Shlessarenko



Agripino cita reprovação das políticas de segurança pública e combate ao desemprego

Para Agripino, Lula frustra expectativas

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), afirmou, ontem, que o presidente Lula vem frustrando as expectativas da população, principalmente no que diz respeito aos programas sociais anunciados. Ele citou dados divulgados pelo instituto de pesquisa de opinião pública Ibope "para alertar o presidente" acerca da questão.

O senador ressaltou que a política de combate ao desemprego foi reprovada por 62% dos pesquisados. Com relação à segurança pública, informou, a reprovação foi de 65%.

CPIs dos Correios e dos Bingos continuam a trabalhar normalmente no período. Pautas do Senado e Câmara incluem a votação de propostas relevantes para os cidadãos e o país

Convocação tem início hoje e vai até o dia 14 de fevereiro

O presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, anunciou na tarde de ontem, em Plenário, a autoconvocação do Congresso Nacional, que tem início hoje e vai até o dia 14 de fevereiro de 2006. Entretanto, Senado e Câmara dos Deputados estão dispensados de realizar sessões plenárias até 13 de janeiro.

– Nessas condições, os trabalhos estão instalados a partir de amanhã (hoje), dia 16 de dezembro, podendo as comissões continuarem suas atividades já a partir desta sexta-feira, sem interrupção – declarou Renan Calheiros, em breve comunicado.

A Constituição brasileira estabelece que o recesso do Poder Legislativo ocorrerá durante todo o mês de julho e entre 16 de dezembro e 14 de fevereiro. Nesses períodos, ficam suspensas as atividades das duas Casas do Congresso Nacional – Senado Federal e Câmara dos De-



Em comunicado no Plenário, Renan Calheiros anuncia período de trabalhos extraordinários

putados. Durante o recesso, deixam de se realizar sessões do Senado e da Câmara, além de sessões conjuntas (do Congresso) e reuniões de comissões. Passa a funcionar, então, uma comissão representativa, para o desempenho de algumas atribuições legislativas previstas em resolução.

Iniciativa

Porém, o Congresso pode ser convocado extraordinariamente pelo

presidente da República, pelos presidentes da Câmara e do Senado, ou por meio de requerimento da maioria dos membros das duas Casas. A convocação exige o funcionamento tanto do Senado quanto da Câmara.

Durante a autoconvocação definida ontem pelos presidentes do Senado e da Câmara, deputado Aldo Rebelo, mediante acordo com os líderes partidários, as comissões parlamentares mistas de inquérito dos Correios, bem como a dos Bingos (no âmbito do Senado), estão autorizadas a continuar com suas atividades normalmente, podendo colher depoimentos, votar requerimentos e analisar documentos. Ou seja, a convocação garante o funcionamento normal e a legalidade dos atos das comissões de inquérito em funcionamento, das comissões permanentes, das comissões especiais e dos conselhos de Ética de ambas as Casas.

Senado analisará alteração no recesso e novo rito para MPs

A pauta do Senado durante a convocação extraordinária do Congresso inclui cinco propostas de emenda à Constituição (PECs) e 22 projetos de lei. Entre as mudanças na Constituição que os senadores vão debater estão a concessão de licenças maternidade e paternidade em casos de adoção (PEC 31/00) e as que alteram regras para a criação de municípios (PEC 12/04); o rito de tramitação das medidas provisórias (PEC 72/05); e o período do recesso parlamentar, acabando com o pagamento extra aos parlamentares em convocações extraordinárias (PEC 3/00). Também está

na pauta o projeto de lei da Câmara (PLC 62/05) que trata da gestão de florestas públicas.

Pela lista de matérias que figuram no ato convocatório, o Senado deve avançar ainda na segunda etapa da reforma do Judiciário: mudanças nos códigos processuais para dar mais agilidade e eficiência à Justiça. Estão na pauta três projetos (PLCs 90, 101 e 116 de 2005) que alteram o Código de Processo Civil, além dos cinco projetos da Comissão Mista Especial da Reforma do Judiciário, que aprovou relatório final na terça-feira.

O ato da convocação cita também

12 PECs a serem votadas pelos deputados, entre elas a proposta que acaba com a verticalização nas alianças eleitorais (PEC 548/02), a que cria o Fundeb, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (PEC 415/05).

Os deputados podem dar prosseguimento às reformas tributária e política, e votar a recriação da Sudene e da Sudam (superintendências do Desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia) e o Estatuto da Igualdade Racial. (Veja a lista completa das matérias da convocação extraordinária na página principal do site do Senado).

Delcídio fala sobre conclusões do grupo de trabalho da desburocratização

O excesso de burocracia nas relações entre o poder público e empreendedores foi apontado pelo senador Delcídio Amaral (PT-MS) como um dos principais entraves à expansão do setor produtivo nacional. A conclusão partiu de análise do grupo de trabalho da Desburocratização e da Simplificação das Relações do Estado com o Cidadão e as Empresas, criado pelo Senado e do qual Delcídio fez parte.

Conforme assinalou, o grupo de trabalho apontou, em seu relatório, o estudo do Banco Mundial "Fazendo Negócios em 2006: Criando empregos", que situa o Brasil na 119ª posição,

entre 155 países, quanto à facilidade para se abrir um negócio. O empreendedor precisaria enfrentar 17 etapas burocráticas para montar uma empresa, processo que demandaria, em média, 152 dias. O senador acrescentou que as dificuldades se multiplicam na hora de encerrar um negócio.

Com base em levantamento do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, Delcídio observou que as sucessivas mudanças na legislação tributária explicariam, em grande parte, a estagnação do crescimento do produto interno bruto (PIB) do país.

Dentre as saídas sugeridas pelo



Excesso de burocracia dificulta expansão do setor produtivo nacional, avalia Delcídio

grupo de trabalho para combater a burocracia está a aprovação do projeto sobre a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, segmento que responde por 20% do PIB nacional, emprega 60 milhões de trabalhadores, mas opera com frequência na informalidade.



Heloísa: Jesus desafiou o moralismo, combateu a hipocrisia e enfrentou os poderosos

Heloísa cita Jesus como lição para dias atuais

Heloísa Helena (PSOL-AL), em referência à comemoração do Natal, leu ontem em Plenário trechos dos Evangelhos, afirmando que a vida de Jesus traz inúmeras lições para os tempos atuais.

A senadora ressaltou que Jesus desafiou o moralismo e as tradições, combateu a hipocrisia e enfrentou os poderosos, a quem chamou de "raça de víboras", e pregou a humildade. Ela lembrou que Jesus escolheu primeiro os pobres como seus seguidores, acrescentando que sua preferência era pelas crianças.



Para Arthur Virgílio, Lula plantou resposta não incisiva à crise ética e colheu descrédito

Presidente não deu respostas, diz Virgílio

Ao comentar a queda do presidente Lula nas pesquisas sobre intenções de voto na disputa da eleição presidencial de 2006, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), afirmou que "Lula está colhendo o que plantou".

– Ele plantou a resposta não incisiva à crise ética e colheu o descrédito – disse, ao lamentar ainda a absolvição pelo Plenário da Câmara, ontem, do deputado federal Romeu Queiroz (PTB-MG), que confessou ter recebido R\$ 450 mil do valerioduto.



João Batista Motta lembra o drama de milhões de pessoas que passam necessidades no país

Motta lamenta por maioria dos brasileiros

Ao comentar a dificuldade que os agricultores familiares têm encontrado para vender suas pequenas safras, o senador João Batista Motta (PSDB-ES) lamentou, ontem, o drama vivido por milhões de brasileiros que passam necessidades no país. Para ele, a maioria dos brasileiros nada tem a comemorar neste Natal.

João Batista Motta disse que se considerava "um idiota" por ter acreditado que o presidente Lula tinha compromisso com os mais pobres.



Efraim (presidente), Garibaldi (relator) e Mozarildo (vice-presidente) em reunião da CPI

Investigação sobre casas de bingos já colheu 39 depoimentos

A CPI dos Bingos, composta por 15 senadores titulares e 15 suplentes, colheu 39 depoimentos, em 46 reuniões, e realizou duas diligências – Ribeirão Preto (SP) e Belo Horizonte. Promoveu duas importantes acareações, a primeira entre os irmãos de Celso Daniel, João Francisco Daniel e Bruno Daniel, e Gilberto Carvalho, chefe de gabinete do

presidente Lula. Na outra, ficaram frente a frente Waldomiro Diniz, Carlinhos Cachoeira, Rogério Buratti, Enrico Gianelli e Marcelo Rovai.

Em outubro, o prazo de funcionamento da CPI foi prorrogado por 180 dias. Com isso, os trabalhos se estenderão até abril de 2006.

Na secretaria da CPI trabalham dois técnicos do Senado e

na assessoria oito consultores e analistas da Casa; dois técnicos do Tribunal de Contas da União; dois delegados; um agente da Polícia Federal e um auditor do Banco Central.

O colegiado tem como presidente Efraim Morais (PFL-PB), como vice Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e como relator Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

César Borges elogia participação da sociedade na crise

Ao fazer uma avaliação negativa do desempenho do governo federal durante o ano de 2005, o senador César Borges (PFL-BA) parabenizou a sociedade brasileira por sua participação e paciência durante o desenrolar da atual crise política. Ele observou que as últimas pesquisas de opinião já demonstram que o povo está informado e saberá a quem responsabilizar, o que ficará claro nas eleições do próximo ano.

César Borges disse que o Congresso demonstrou serenidade ao conseguir fazer funcionar as comissões parlamentares de inquérito (CPIs) concomitantemente ao trabalho regular da Câmara e do Senado. Ele destacou a atuação de senadores, deputados e servidores, e também elogiou o trabalho do presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), e do relator, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR).

– Lamentavelmente, 2005 foi um ano praticamente perdido para o nosso país. Veio à tona a verdade sobre a face deste governo e do Partido dos Trabalhadores, que traiu seus princípios, origens, propostas e o povo. Esperamos que 2006 seja um ano com mais esperança, em virtude dos resultados das eleições, para que, em 2007, o país possa caminhar em novas trilhas de seriedade, de ética e de moralidade – assinalou o senador.

Em aparte, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) considerou 2005 um ano perdido e disse temer um retrocesso nos próximos meses.



Para César Borges, pesquisas de opinião mostram que o povo está informado

Serraglio anuncia que relatório da CPI vai pedir cem indiciamentos

Ciente de que papel da comissão não é apenas propor que se indiciem pessoas, relator afirma que vai sugerir mudanças para que "os fatos investigados não se repitam"

O relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios deve ter pelo menos cem pedidos de indiciamento. O cálculo foi feito ontem de manhã pelo relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR). Em manifestações anteriores, o deputado havia chegado a falar em 50 pedidos em dois ou três processos investigados. Como agora são mais de 40 processos, ele calcula a expectativa de aumento.

– Estamos examinando mais de 40 processos. Se em cada um houver dois ou três [pedidos de indiciamento], o número de pedidos de indiciamento vai passar de cem; isso é evidente. Então, não é uma questão de o relator anunciar que vai haver mais de uma centena, isso é uma consequência natural da investigação – ponderou.

A divulgação de documento com uma “prestação de contas”, na próxima quarta-feira, contendo o que foi descoberto pela CPI até agora, foi reafirmada pelo relator. Ele desistiu de pedir nesse docu-



Serraglio, Rands, Eduardo Paes e Denise Frossard, durante reunião da CPI dos Correios

mento indiciamento do empresário Marcos Valério Fernandes de Souza e do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares.

Mudanças

O relator destacou que a função da CPI não é apenas pedir o indiciamento dos investigados, mas promover mudanças, propor soluções para que o “fato investigado não se repita”, como irregularidades no sistema eleitoral, no

Instituto de Resseguros do Brasil, ou em licitações.

– Teremos de desenhar uma proposta que venha impedir caixa dois, prevenindo uma punição grave, rígida, na esteira do que o Tribunal Superior Eleitoral está apresentando; mudar as regras de fiscalização sobre lavagem de dinheiro, enfim, mazelas que precisam ser dificultadas – explicou Osmar Serraglio.

Empresário confirma acordo para pagamento de seguro

O empresário Giampaolo Bonora, diretor da Companhia de Fiação e Tecidos Guaratinguetá, de São Paulo, admitiu à Sub-Relatoria do Instituto de Resseguros do Brasil, da CPI dos Correios, que a documentação que renovava o seguro de sua fábrica só chegou à seguradora após um incêndio, em dezembro de 2003. Ele atribuiu à burocracia e aos Correios o atraso na entrega dos papéis. Mesmo assim, aceitou um acordo proposto pela seguradora Aliança da Bahia e pelo Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), recebendo cerca de R\$ 16 mi-

lhões, quando teria direito a mais de R\$ 18 milhões.

O sub-relator do IRB, deputado Carlos Willian (PMDB-MG), disse que o depoimento do empresário “apenas confirma uma suspeita de que existiu conluio” entre a seguradora e o IRB no pagamento irregular do seguro. O deputado acha que Giampaolo Bonora também participou da operação e, por isso, aceitou receber o seguro com desconto. O empresário, no entanto, sustentou ter aceitado a negociação com desconto para evitar um longo processo judicial.

A sub-relatoria agora quer ouvir Juan Campos Dominguez Lorenzo, do IRB, que negociou o pagamento com a Aliança da Bahia e a tecelagem, “mesmo sem ter autorização da diretoria do IRB para isso”, de acordo com o deputado.

O segundo depoimento do dia da Sub-Relatoria do Instituto de Resseguros do Brasil foi adiado porque o convocado não compareceu ao Congresso. Trata-se de Hamilton Mesquita do Prado, representante da Catalyst Re, multinacional de resseguros com sede em Nova Jersey (EUA).

Sub-relator exhibe fita que comprovaria mensalão na ECT

O sub-relator de Contratos da CPI dos Correios, José Eduardo Cardozo (PT-SP), exibiu ontem a fita com o diálogo entre os empresários Iohannis Amerssonis, sócio da Brazilian Air Lines Transportes Aéreos (Beta), e Antônio Augusto Conceição Morato Leite Filho, atual proprietário da Promodal e ex-sócio de Amerssonis. A gravação, de acordo com avaliação do sub-relator, conteria elementos que comprovariam a tese de que a Beta e a Skymaster pagariam uma espécie de mensalão a diretores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e à VarigLog.

No caso dos Correios, o pagamento seria para garantir favorecimento em processos de licitação, dos quais as duas companhias de transporte aéreo participavam numa espécie de “conluio”, superfaturando preços e dividindo lucros. No caso da VarigLog, para certificar-se de que a empresa, que também disputava as licitações, não interferiria no esquema, questionando na Justiça os resultados dos certames em que era claramente desfavorecida.

A gravação, feita no escritório de Antônio Augusto em 2002, foi exibida durante o depoimento de Amerssonis, após ele negar por diversas vezes ter tratado do assunto com o ex-sócio.

Planilha

O laudo pericial, feito pelo professor doutor Ricardo Molina, traz a degravação do diálogo. Nele, Amerssonis, Antônio Augusto e um funcionário da Beta, identificado apenas como “William”, tratam de uma certa planilha de custos, que conteria pagamentos em favor dos Correios e da VarigLog.

A assessoria de imprensa de Antônio Augusto divulgou nota em que afirma que, “ao contrário do que quis fazer crer a CPI, o diálogo não traduz irregularidade alguma” e que o empresário “jamais efetuou pagamentos indevidos a qualquer pessoa”.



Alvaro Dias adverte para precedente que foi criado pela Câmara dos Deputados

Alvaro critica a absolvição de Romeu Queiroz

Preocupado com o precedente criado, Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou a decisão do Plenário da Câmara de rejeitar o parecer do Conselho de Ética que recomendava a perda do mandato do deputado Romeu Queiroz (PTB-MG).

– Só havia duas opções: a cassação do deputado e a preservação da instituição, ou a preservação do parlamentar e a condenação da instituição. Deputados e senadores são passageiros, não somos insubstituíveis, mas o Congresso Nacional é imprescindível e deve ser preservado.



Antero afirma que acordão salvou o mandato de deputado envolvido no mensalão

Antero: PT está promovendo um rodízio de pizza

Antero Paes de Barros (PSDB-MT) disse que o PT está promovendo “rodízio de pizza” na Câmara dos Deputados. Ele fez a afirmação ao criticar o resultado da votação que resultou na absolvição do deputado Romeu Queiroz (PTB-MG), denunciado por ter recebido dinheiro do valerioduto.

– Houve um grande acordão entre o PT e seus aliados à direita – o PTB, o PL e o PP – para salvar o deputado que confessou ter recebido R\$ 450 mil – assinalou o senador.

Presidente do Senado destaca projetos já aprovados pelos senadores que contribuem para a celeridade dos processos, como o que torna mais rápido o recebimento de dívidas judiciais



Jobim (D), ao lado de Suassuna e Fernando Bezerra, assiste à entrega do relatório final a Calheiros (E), por José Jorge e José Eduardo Cardozo

Renan recebe projetos que devem complementar a reforma da Justiça

“O Senado e o Congresso Nacional dão um importante passo em direção aos ideais da segurança jurídica e da efetividade da Justiça”, afirmou ontem o senador Renan Calheiros, ao receber o relatório final da comissão especial mista criada para elaborar os projetos de lei que concluirão a reforma do Judiciário. Renan disse que a reforma assegurou, em nível constitucional, o direito à célere prestação jurisdicional, bem como o aperfeiçoamento dos mecanismos de transparência da Justiça brasileira.

Diante dos presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim; do presidente da comissão especial, deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP); e do relator, senador José Jorge (PFL-PE), o presidente do Senado ressaltou que o Legislati-

vo estava colhendo os frutos de um relevante trabalho.

– O bem elaborado relatório do senador José Jorge conclui por cinco providências necessárias à regulamentação da reforma e que estão na competência do Congresso.

Conforme Renan, os cinco projetos versam sobre a repercussão geral das questões constitucionais suscitadas em recurso extraordinário; o procedimento das súmulas vinculantes; o deslocamento para a Justiça Federal dos processos sobre crimes contra direitos humanos; a disciplina do fundo de garantia das execuções trabalhistas; e a ampliação da competência da Justiça do Trabalho.

O presidente do Senado observou que, na esteira da reforma, o Senado votou, recentemente, “matérias que

contribuirão para uma prestação jurisdicional mais expedita, como desejam os magistrados brasileiros”. Referindo-se às normas já aprovadas, Renan afirmou que a Lei 11.187/05 ameniza um dos mais sérios entraves à celeridade do processo civil brasileiro, que é o procedimento do agravo de instrumento.

O senador também destacou o projeto (PLC 52/04) enviado à sanção presidencial que extingue o processo de execução, colocando fim ao percalço processual enfrentado pelos credores. O presidente do Senado mencionou ainda a proposta (PLC 71/02) que disciplina a utilização de meio eletrônico nos processos da Justiça, acrescentando que a medida, certamente, propiciará economia de tempo e dinheiro nos litígios.

Relatório propõe urgência na adoção de mudanças nos códigos processuais

O documento entregue ontem pelo relator da Comissão Especial Mista da Reforma do Judiciário, senador José Jorge, ao presidente do Senado, Renan Calheiros, contém propostas para a regulamentação de dispositivos contidos na Emenda Constitucional 45/04, promulgada em dezembro do ano passado. Aprovado pela comissão no dia 13 deste mês, o relatório será encaminhado por Renan, de forma alternada, às comissões temáticas do Senado e da Câmara dos Deputados.

Além de cinco projetos (veja matéria acima), o documento contém requerimentos de urgência para outras 15 proposições que alteram os códigos de Processo Penal e Civil, e sugere a criação de duas subcomissões temporárias, no âmbito das comissões de Constituição e Justiça das duas Casas, para exame das propostas de reforma processual. O relatório inclui ainda três emendas apresentadas pelo presidente da comissão, deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP). Uma delas exclui do projeto sobre recursos extraordinários as causas relacionadas ao exercício de mandatos eletivos e a crimes de genocídio.

Jobim justifica a presença de juízes em debates no Congresso Nacional

A presença de membros da magistratura debatendo questões relacionadas ao cotidiano da Justiça nas dependências do Congresso faz parte do processo democrático. A afirmação foi feita ontem pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, durante a entrega do relatório final da comissão mista.

– Alguns setores minoritários do sistema judiciário entendem que a presença de um ministro do STF ou mesmo do TST no Congresso possa representar convívio não legítimo. Mas o presidente do Supremo estará aqui para conversar e debater cara a cara, e inclusive se expor. A exposição é uma necessidade da construção política. Segundo o ministro, o “momento de tensão” que o país atravessa poderá ser contornado a partir de entendimento entre os representantes da classe política.

– Passou aquele momento em que, juvenilmente, nós entendíamos, e alguns setores ainda entendem, que a afirmação política de um Poder significava brigar com o outro. Isso já está superado. Estaremos sempre cobrando, negociando, construindo, mas nunca odiando.



Para Heráclito, “as palavras do presidente não podem cair no esquecimento da nação”

Heráclito lembra promessas de Lula na posse

Ao citar trechos do discurso feito por Lula ao tomar posse na Presidência da República, Heráclito Fortes (PFL-PI) advertiu que “as palavras do presidente não podem cair no esquecimento da nação”.

Em um dos trechos lidos pelo senador, Lula afirmava que “o combate à corrupção e a defesa da ética seriam objetivos centrais do seu governo”. Em outro, declarava ser “preciso enfrentar com determinação – e derrotar – a verdadeira cultura da impunidade que prevalece em certos setores da vida pública”.



Paulo Paim diz que grupo de guarani-caiovas está sendo expulso de fazenda ocupada

Paim pede ação de ministério em favor de índios

Paulo Paim (PT-RS) pediu que o Ministério da Justiça intervenha no conflito entre fazendeiros e índios guarani-caiovas em Mato Grosso do Sul. Os índios estavam sendo expulsos, ontem, pela Polícia Federal, em cumprimento a uma ordem judicial, das fazendas que ocuparam.

Ele informou ainda que a Comissão Mista do Salário Mínimo, que deverá propor uma política permanente de reajuste, funcionará durante a convocação do Congresso. Paim ocupará a relatoria da comissão.

Ideli faz balanço positivo do exercício



Ideli Salvatti

Embora definindo 2005 como um ano difícil e desgastante, por causa da crise política, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) fez um balanço

positivo do exercício do seu mandato em razão dos avanços obtidos no país.

A senadora lembrou que, em sua campanha ao Senado, assumiu três compromissos básicos: ajudar o governo de Luiz Inácio Lula da Silva a fazer as mudanças necessárias ao país, lutar pelos direitos da mulher brasileira e defender os interesses de Santa Catarina, o que, a seu ver, tem cumprido.

Ideli se disse orgulhosa pelo fato de o governo, apesar da crise, ter buscado o crescimento do país e ter gerado empregos. Ela afirmou que todos os indicadores mostram que o número de trabalhadores com carteira assinada é superior ao registrado no governo anterior, tendo havido também distribuição de riqueza.

– As ações do Executivo fizeram com que a distância entre pobres e ricos caísse – frisou.

Suassuna aponta as prioridades para 2006



Ney Suassuna

Ao fazer uma reflexão sobre 2005 e traçar projeções para 2006, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apontou a educação como

prioridade para a conquista de melhoria na qualidade de vida dos brasileiros, observando que quem tem acesso à educação alimentada-se, veste-se e mora melhor.

Suassuna ressaltou a necessidade de o Congresso dedicar-se a esse tema mais do que nunca. Ele disse empenhar seu mandato na busca pela melhoria da qualidade de vida da população, em especial da paraibana, de quem se declarou representante e funcionário.

– Eu sou empregado do povo da Paraíba. Se não atuarmos como agentes de transformação, o dia-a-dia nunca vai mudar – ressaltou ele.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e José Maranhão (PMDB-PB) – a quem Suassuna creditou atuação destacada em defesa da Paraíba – deram seu testemunho sobre o trabalho do peemedebista no Senado em prol de seu estado.

Mediante convênio firmado com a Receita Federal e após a criação de conselho de desenvolvimento agropecuário, prefeitura deve reter 100% da arrecadação do tributo

Imposto territorial rural poderá ser recolhido pelos municípios

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto da Câmara que garante ao Distrito Federal e aos municípios a opção, mediante convênios com a Secretaria da Receita Federal (SRF), de passar a fiscalizar e a cobrar o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). A matéria segue agora à sanção presidencial.

A proposta (PLC 140/05) condiciona a celebração desse convênio, entretanto, à criação de conselhos de desenvolvimento agropecuário em níveis distrital e municipal. Esses colegiados

terão a responsabilidade de elaborar e fiscalizar programas que deverão ser custeados pela arrecadação do ITR. O município que fizer essa opção reterá 100% da arrecadação do tributo. Caso contrário, só terá direito a 50% do arrecadado pela União.

A Secretaria da Receita Federal também terá de editar ato estabelecendo condições para a celebração dos convênios. Independentemente desses acordos, o projeto exige que a SRF continue a fornecer o cadastro de imóveis rurais à Confederação Nacional da Agricultura (CNA)

e à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), informação necessária à cobrança das contribuições devidas a essas entidades.

Ainda de acordo com a proposta, a opção pela fiscalização e cobrança do ITR não poderá implicar redução do imposto ou qualquer forma de renúncia fiscal. Ao ler o parecer favorável de Plenário, substituindo a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) destacou que a medida atende a interesse da União e dos municípios.

Crédito e abono a militares trancam a pauta do Plenário

As votações ontem no Plenário do Senado foram interrompidas com a leitura das medidas provisórias (MPs) 262, 263, 264 e 265, de 2005. As duas primeiras estão com o prazo de apreciação vencido e, por isso, trancaram a pauta. A MP 262 abre crédito extraordinário de R\$ 30 milhões para o Ministério da Integração Nacional, destinados ao socorro da população atingida pela seca no Amazo-

nas. A estiagem castigou 167 mil pessoas em pelo menos 28 municípios e 914 comunidades isoladas. A MP 263 concedeu abono salarial aos militares.

Já a MP 264 abre crédito extraordinário de R\$ 80 milhões para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e de R\$ 79 milhões para a pasta das Cidades. Os recursos para o combate à fome se destinam à compra da safra de

40 mil agricultores familiares, do Programa de Aquisição de Alimentos, para beneficiar pessoas em situação de insegurança alimentar por meio de doações a projetos sociais, escolas públicas, creches, hospitais e asilos.

O dinheiro para o Ministério das Cidades tem como finalidade executar obras emergenciais de urbanização, em razão do período das chuvas, em áreas sob risco de deslizamentos.

Flexa Ribeiro ressalta sentimento de união



Flexa Ribeiro

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ressaltou ontem que a importância do Natal está na comemoração do nascimento de Jesus, pedindo a todos que deixem

de lado o aspecto comercial da festa e enfatizem os sentimentos de união. Ele desejou que o espírito natalino perdure ao longo de todos os dias do ano.

Flexa Ribeiro agradeceu a Deus a oportunidade de representar o povo do Pará no Senado, saudou os colegas e agradeceu a dedicação de todos os funcionários do Congresso e de seu gabinete.

Ao expressar votos de feliz Natal e bom Ano-Novo para todos os paraenses, o senador pediu a Deus bênçãos para o Brasil.

Em aparte, Ney Suassuna (PMDB-PB) associou-se às saudações de Flexa Ribeiro.

Malta pede reflexão sobre espírito natalino



Magno Malta

Em discurso de despedida do ano legislativo, o senador Magno Malta (PL-ES) conclamou as pessoas à reflexão sobre o “verdadeiro significado do Natal”.

Lembrando que a sessão expressava um clima natalino, o senador criticou “a caridade oportunista daqueles que querem apenas aliviar a consciência”, referindo-se às doações filantrópicas e “generosidades típicas da época”.

– A festa de consumo do luxo num país de 10 milhões de miseráveis é uma negação ao que pregou Jesus – enfatizou.

Magno Malta fez ainda uma homenagem aos funcionários do Senado, agradecendo a atenção que deles recebeu na sessão legislativa de 2005.

Ana Júlia destaca avanços em 2005



Ana Júlia

Mesmo considerando 2005 um ano difícil para o Brasil, Ana Júlia Carepa (PT-PA) disse que o país tem muito o que comemorar. Um

dos avanços ocorridos, na sua avaliação, foi a aprovação, pelo Senado, do projeto que cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

– Esta autarquia prestou serviços inestimáveis ao Brasil e mais especificamente à Amazônia. Foi extinta a pretexto de combate à corrupção, em que estavam envolvidos dirigentes escolhidos pelo próprio presidente da República – assinalou.

Entre as iniciativas do governo, Ana Júlia destacou o programa Luz para Todos, que até novembro tinha atendido 219 mil famílias da região Norte.

João Ribeiro: doença já cegou 12 pessoas no TO



João Ribeiro

O surto de uma doença que pode ter causado a cegueira de 12 pessoas no estado do Tocantins, além de ter contaminado outras 262, foi tema do discurso que o senador João Ribeiro (PL-TO) fez ontem. Os casos ocorreram no município de Araguatins, localizado a cerca de 600 quilômetros da capital, Palmas, no extremo norte do estado. Suspeita-se que as vítimas – entre as quais há muitas crianças – tenham sido contaminadas por um parasita transmitido por caramujos.

– A ocorrência da cegueira entre as vítimas é de uma rapidez impressionante – narrou João Ribeiro, acrescentando que “a única forma de diagnosticar a doença é a realização de uma biópsia no olho das pessoas”.

Segundo o parlamentar, o Ministério da Saúde já está tomando as providências necessárias para descobrir o que está acontecendo na região. Ele declarou que Araguatins, localizada na região do Bico do Papagaio, é um dos maiores municípios do estado.

Gilvam retorna com promessa de esforço



Gilvam Borges

Em seu primeiro discurso no retorno ao Congresso, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) disse ter voltado ao Senado, após três anos de afastamento, com a intenção de defender os interesses de seu estado e somar esforços na conquista de melhorias para o país. Gilvam assumiu o mandato na vaga aberta com a anulação do registro e da diplomação do ex-senador João Capiberibe (PSB-AP) pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Da disputa jurídico-política travada com Capiberibe – declarado vitorioso na eleição em 2002, embora Gilvam Borges aponte empate –, o peemedebista disse não guardar mágoa.

– Ódio e rancor intoxicam, obstruem, impedem o desenvolvimento do homem. A compreensão é fundamental. Não venho dizer que fui injustiçado. Estou cheio de disposição e vontade – declarou.

Em aparte, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) saudou o retorno de Gilvam Borges.



Não sei se falta de unidade contribui para a democracia e o crescimento do país, opina Tebet

Ramez Tebet sugere a Lula que convoque ministros para cobrar unidade política

Ao afirmar que 2005 foi um ano atípico para o Brasil, com várias CPIs investigando escândalos, acusações e denúncias que provocaram surpresa na população, Ramez Tebet (PMDB-MS) pediu ao presidente Lula que convoque seus auxiliares e peça unidade no cumprimento das linhas traçadas pelo governo. Na avaliação do se-

nador, atualmente no país o que há são ministros se digladiando e cada qual buscando trilhar seu próprio caminho.

– Governo costuma ter uma linguagem só. Quando algum colaborador destoa, ou se retira livremente ou é demitido. No governo Lula não há unidade política nenhuma e não sei se isso contribui para a

democracia e o crescimento do país. A situação chegou ao ponto de o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, dizer que o governo não tem projeto, não sabe para onde ir – disse Tebet.

Para Tebet, o presidente da República deve exigir do seu Ministério o cumprimento das

decisões políticas do governo. O senador disse lamentar que o ano de 2005 tenha sido marcado pela apatia administrativa do governo federal. Ele lembrou que a própria imprensa noticiou que a falta de uma ação mais efetiva implicou o fato de que muitos ministérios nem sequer conseguiram aplicar as verbas orçamentárias liberadas.

Suplicy aplaude diálogo sobre o São Francisco

Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou em Plenário encontro do presidente Lula, acompanhado pelo ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, com o bispo dom Luiz Flávio Cappio, ocorrido ontem. Bispo da diocese de Barra, na Bahia, dom Cappio fez greve de fome em protesto contra o projeto de transposição das águas do rio São Francisco.

A greve do bispo começou no dia 26 de setembro e encerrou-se em 6 de outubro, somente quando o governo se comprometeu a receber o religioso e prolongar as discussões sobre o projeto.

– O diálogo deve permitir uma discussão ampla e transparente para se desenvolver um plano que beneficie o semi-árido – disse Suplicy, ao citar trechos da carta de dom Cappio ao presidente, enviada quando a greve de fome foi encerrada.

Para o senador, é importante analisar com cuidado o projeto de transposição, que está orçado em mais de R\$ 4 bilhões. Ele questionou se as águas que devem ser desviadas são realmente necessárias nos locais para onde serão levadas e se poderão atender realmente às necessidades da população do semi-árido.



Suplicy ressalta a importância de analisar com cuidado o projeto, orçado em mais de R\$ 4 bilhões

Teotonio critica ação no setor elétrico

Senador considera autoritárias as mudanças na área, "feitas sem ouvir empresas e consumidores"

Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) afirmou, ontem, que o governo federal promoveu uma intervenção estatal "branca" no setor elétrico brasileiro. A intervenção, disse o senador, teria sido realizada por meio da alteração legal dos estatutos das agências reguladoras do setor e da indicação dos seus principais dirigentes.

– O governo Lula praticou uma intervenção brutal nas agências reguladoras, que são instituições que representam o

Estado e não o governo. Suas atribuições foram tuteladas; seus orçamentos foram contingenciados; os salários foram comprimidos e os concursos não foram autorizados – afirmou.

Teotonio acusou ainda o governo de haver realizado as mudanças na área de energia elétrica de maneira autoritária, sem consultar as empresas do setor e os consumidores.

– No Conselho de Monitoramento do Setor Elétrico, surgido durante o



Na avaliação de Teotonio, atribuições das agências reguladoras foram tuteladas

governo Lula, tudo é secreto. Ninguém pode saber o que lá foi discutido – protestou.

Em aparte, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e José Jorge (PFL-PE) manifestaram apoio ao discurso de Teotonio. O líder do PMDB, Ney Suassuna (PB), ao contestar afirmações de Teotonio e José Jorge, lembrou que também no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso as nomeações de diretores das agências reguladoras atendiam a critérios políticos. Suassuna citou inclusive a nomeação do genro de FHC, que não tinha nenhuma especialização no setor, como diretor da Agência Nacional do Petróleo.

José Jorge: especialistas consideram leilão "chapa branca"

O leilão para a concessão de novas usinas hidrelétricas que o governo pretende realizar hoje, no Rio de Janeiro, com a participação de 141 empresas credenciadas, está sendo chamado pelos especialistas como "chapa branca", segundo o senador José Jorge (PFL-PE). Ele advertiu que a consequência do novo modelo implantado pelo atual governo deve ser a fuga dos investimentos privados, o aumento do risco de desabastecimento e, ao final, o encarecimento da energia para o consumidor final.

– Na avaliação do mercado, o governo errou ao estabelecer um preço máximo que não garante o retorno

de pelo menos 15%, exigidos pelos investidores privados. Este é mais um exemplo eloqüente da incompetência gerencial e da imprevidência do atual governo. Pela incapacidade de compreender o mercado de energia elétrica, o governo está afugentando os investidores privados – afirmou José Jorge.

Lembrando que o último leilão para a concessão de novas usinas hidrelétricas ocorreu no dia 12 de julho de 2002, ainda no

governo de Fernando Henrique Cardoso, o senador disse que, segundo especialistas do setor, nunca o país passou por um período tão longo sem investimentos em usinas hidráulicas de geração de energia elétrica.

Ainda citando informações recolhidas de especialistas, José Jorge comentou que o Brasil precisará de 4 mil megawatts adicionais, a partir de 2009, para suprir a demanda decorrente da expansão da economia.



Para José Jorge, governo afugenta investidores privados por não compreender o mercado

Crivella vê erros na importação de modelos econômicos

Ao discursar em Plenário ontem, o senador Marcelo Crivella (PMR-RJ) criticou a importação de modelos econômicos produzidos nas universidades norte-americanas. Ele afirmou que o fraco desempenho da economia brasileira está relacionado "aos jovens gênios que estudaram nos Estados Unidos, voltam para casa e, empoleirados em altos postos da República, aplicam no país mo-

delos abstratos muito mais voltados para o mundo acadêmico do que para o mundo real".

– Os recursos governamentais mais desperdiçados nas últimas décadas não são aqueles gastos com obras faraônicas ou corrupção; são os que foram aplicados em bolsas de estudo de jovens economistas brasileiros para estudarem em universidades norte-americanas – ironizou Marcelo Crivella, acrescentan-

do que "esses economistas, deslumbrados com modelos da moda, importam teorias exóticas e fazem do povo cobaias de laboratório".



Economistas voltam de estudos nos EUA, fazendo do povo cobaias de laboratório, diz Crivella

O senador argumentou que "jamais passaria pela cabeça de um dirigente norte-americano aplicar em seu país a tese do governo mínimo ou do orçamento equilibrado". Ele ressaltou que o déficit fiscal é um meio de manter a taxa de desemprego em "níveis toleráveis".



Serys pede atenção da imprensa para evento e frisa importância do ensino da matéria no país

Serys destaca olimpíada de matemática

Serys Shlessarenko (PT-MT) ressaltou, em pronunciamento da tribuna, a 1ª Olimpíada Brasileira de Matemática, que está sendo promovida pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), com a colaboração do Ministério da Educação e entidades autônomas da área educacional de matemática.

A senadora conclamou a imprensa a dar maior destaque ao torneio, salientando a importância do ensino dessa matéria para os brasileiros e elogiando o ineditismo da iniciativa.

– Espero que o governo apóie esse evento também para 2006 – observou a senadora, lamentando que o ensino da matemática não tenha o reconhecimento necessário no país.

Serys também comentou os cem dias da greve dos professores universitários, ressaltando que a paralisação está conseguindo o reconhecimento do governo e apontando alguns avanços alcançados pelo movimento docente. Entre eles, apontou a paridade de salários entre os professores da ativa e aposentados, que está sendo negociada com o governo.

– Mas, infelizmente, outras negociações não andaram – lamentou.

Substitutivo aprovado na CAS, além de atender às regras do Conama, buscou assegurar empregos existentes e favorecer a geração de novos postos de trabalho

Preocupação ambiental norteia regras para o mercado de pneus

A luta dos ambientalistas para garantir regras mais rígidas para a comercialização, no território brasileiro, de pneus importados ou fabricados no Brasil teve uma vitória ontem, quando a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou substitutivo do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) a projeto do senador Flávio Arns (PT-PR). A proposta traça uma série de exigências de contrapartida ambiental para a venda de pneus no Brasil e o substitutivo procurou assegurar os mais de 200 mil empregos diretos e indiretos no setor. A matéria será encaminhada à Mesa para redistribuição a outras comissões da Casa.

Autor do projeto (PLS 216/03), Arns lembrou que não há, no Brasil, legislação que regulamente o mercado de pneus.

– O que temos são resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente, o Conama, que não têm poder de lei – afirmou.

O substituto de Raupp baseou-se em dois anos de discussão e procurou atender às normas do Conama, além de garantir a geração de empregos no setor.

– Nosso parecer procura assegurar 200 mil empregos indiretos; 40 mil empregos diretos; a geração de 20 mil novos empregos,

com expansão do setor em 10%; e a garantia de oferta de matéria-prima e da atividade para 1.600 empresas brasileiras do setor de pneus remoldados, recauchutados e recapados – explicou.

Rigor

O texto aprovado proíbe as importações de pneus usados para comercialização, permitindo a importação somente para uso como matéria-prima para produção de pneus remoldados, recapados e recauchutados. Além disso, havendo disponibilidade de pneus usados no território nacional nas mesmas condições dos pneus adquiridos de outros países, as empresas que os utilizam como matéria-prima deverão dar prioridade ao produto nacional.

Outra importante medida apro-

vada obriga os fabricantes e importadores de pneus a darem destinação final adequada, do ponto de vista ambiental, a pneus sem utilidade, chamados de inservíveis. Essa obrigação será controlada com base nos pneus fabricados no país ou importados e deve corresponder aos pneus inservíveis coletados e destinados.

Dessa forma, cada pneu inservível coletado tem o peso de um pneu novo ou usado importado, da mesma forma que só será autorizada a importação de um pneu recapado, recauchutado ou remoldado após a coleta de dez pneus inservíveis. Por outro lado, um pneu inservível coletado será suficiente para autorizar a comercialização de dois novos pneus fabricados no país.



Sob a presidência de Valadares (C), CAS aprovou substitutivo de Raupp (E) a projeto de Arns

Proposta pode ir a exame de outras comissões no período de convocação

O projeto que regulamenta o mercado de pneus no Brasil poderá começar a ser discutido em outras comissões do Senado já na convocação extraordinária do Congresso. A sugestão, dada ontem pelo senador Flávio Arns, será encaminhada ao presidente do Senado, Renan Calheiros, pelo presidente da Comissão de Assuntos Sociais, senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

A matéria tramitava na CAS em decisão terminativa, mas como havia requerimento de vários senadores para que fosse encaminhada para discussão em outras comissões, além de ofício de Renan Calheiros para que fosse enviada à Comissão Diretora para redistribuição, Valadares resolveu votá-la como não terminativa.

A aprovação da matéria foi precedida por uma longa discussão. Ideli Salvatti (PT-SC), que votou

contra o projeto, levantou questão de ordem sobre a competência da CAS em decidir se a matéria seria ou não examinada na comissão em caráter terminativo. Romeu Tuma (PFL-SP) se absteve na votação, alegando que ainda tinha dúvidas sobre o projeto. Diante do impasse, Valadares acatou sugestão de alguns senadores, que se posicionaram a favor de uma votação em caráter não terminativo e envio do projeto à Comissão Diretora.

Arns disse ter sido informado de que o governo retirou da Câmara a proposta que havia enviado em regime de urgência para regular o mercado de pneus, e de que o Executivo pretende enviar medida provisória sobre a matéria.

– Faço um apelo para que o Poder Executivo discuta conosco o projeto, para que cheguemos a um bom termo – afirmou.

Técnicos inscritos no Crea deverão ter piso salarial

O piso salarial para os técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos conselhos regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea), poderá ser definido em R\$ 990. Projeto com essa finalidade (PLS 227/05), de Alvaro Dias (PSDB-PR), que altera a Lei 4.950-A/66, foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

O relatório de Marco Maciel (PFL-PE), lido por Paulo Paim (PT-RS), destaca que a fixação de piso salarial é um instrumento de proteção da remuneração do trabalhador.

A CAS aprovou ainda dois requerimentos de Romeu Tuma (PFL-SP), pedindo esclarecimentos sobre a contribuição previdenciária dos médicos.



Proposta nesse sentido foi aprovada pelos senadores da Comissão de Assuntos Sociais

Trabalhador com mais de 45 anos poderá ter estímulo ao emprego

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem por unanimidade projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que institui o Programa Nacional de Estímulo ao Emprego de Trabalhadores Experientes (Pnete). De acordo com o PLS 126/05, o programa atenderá o trabalhador com mais de 45 anos, com experiência profissional e desempregado há mais de seis meses, que esteja cadastrado em unidade executora do Pnete. O projeto recebeu decisão terminativa da comissão.

O índice de desemprego dos trabalhadores acima dos 45 anos de idade, de acordo com o relatório do então senador João Capiberibe (PSB-AP), passou de 4,6%, em 1990, para quase 13%, em 2003, só na Grande São Paulo, conforme pesquisa da Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados).

O relator *ad hoc*, senador Augusto Botelho (PDT-RR), destacou que grande parte dos trabalhadores brasileiros em idade mais avançada permanece em atividade como estratégia de sobrevivência. Esse fato, segundo o relatório de Capiberibe, se deve à ausência de sistema previdenciário ou assistencial universal e inclusivo, e de políticas de proteção ao idoso, especialmente no que diz respeito à sua retirada do mercado de trabalho.

Balanco

Presidente da CAS, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou o balanço das atividades durante o ano. O senador registrou a realização de 37 reuniões e o exame de 64 projetos e 45 requerimentos. Em 12 audiências públicas, lembrou ele, foram discutidos temas relevantes, especialmente os ligados à área da saúde.



Heráclito (C), ao lado de Alberto Silva, acompanha sabatina dos indicados

Aprovadas quatro indicações para a Agência de Aviação Civil

As indicações de Leur Antônio Brito Lomanto, Jorge Luiz Brito Velozo, Denise Maria de Abreu e Milton Sérgio Zuanazzi para exercerem cargos de direção da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) foram aprovadas pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e vão a Plenário.

O presidente da CI, Heráclito Fortes (PFL-PI), e o senador Delcídio Amaral (PT-MS) fizeram questionamentos aos

indicados. Já Serys Silhessarenko (PT-MT) lembrou que Denise de Abreu será a primeira mulher a ocupar um cargo de direção na aviação civil.

A CI aprovou também projeto de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) que normatiza uso de fontes energéticas pelos municípios (PLS 472/03). Foi acolhido ainda projeto (PLC 129/05) para concessão de subvenção econômica à Companhia de Navegação do São Francisco.